

Os votos brancos e nulos nas eleições presidenciais brasileiras: período entre 2002 e 2018

White and null votes in Brazilian presidential elections: period between
2002 and 2018

<https://doi.org/10.32586/rcda.v21i1.810>

Maria Rita da Silva Valente¹

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o comportamento do voto inválido (branco e nulo) nas eleições presidenciais brasileiras no período entre 2002 e 2018, buscando avaliar se há correlação entre voto inválido e o Índice de Desenvolvimento Humano dos estados brasileiros. A principal hipótese deste trabalho é de que a correlação negativa significativa entre essas variáveis encontrada por outros autores com relação às eleições dos anos 1989-2002 modificou-se nos últimos vinte anos: cada vez mais não há significância no comportamento conjunto dos votos inválidos e IDH. Corrobora-se essa hipótese por meio de uma análise do ambiente político e eleitoral contemporâneo para cada uma das cinco eleições de 2002 a 2018, e um cálculo estatístico atualizado da correlação (coeficiente de Pearson) das duas variáveis relevantes. Este trabalho conclui com um levantamento de conjecturas explicativas de natureza exploratória sobre o fato de a correlação entre IDH e votos inválidos haver se tornado estatisticamente insignificante.

Palavras-chave: Brasil; eleições presidenciais; votos brancos; votos nulos; comportamento eleitoral.

¹ Advogada (OAB-PI, nº 5270). Mestre em Ciências Políticas pela Universidade de Lisboa (ISCSP/ULisboa). Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Especialista em Ciências Políticas e Sociedade (UNIPACE/UECE). Atualmente exerce o cargo de Assessor Técnico no Gabinete da Conselheira Patrícia Saboya (TCE-CE). E-mail: rita1990valente@gmail.com

ABSTRACT

The present study aims to analyze the behavior of invalid voting (blank and null) in the Brazilian presidential elections from 2002 to 2018, seeking to assess if there is a correlation between invalid votes and the Brazilian States Human Development Index. The main hypothesis of this work is that the significant negative correlation between these variables found by other authors with respect to the elections in the years 1989-2002 has changed in the last twenty years: increasingly, there is no significance in the joint behavior of invalid votes and HDI. We corroborate this hypothesis by means of an analysis of the contemporary political and electoral environment for each of the five elections from 2002 to 2018 and an updated statistical calculus of the correlation (Pearson's coefficient) of the two relevant variables. This work concludes with a survey of explanatory conjectures, admittedly of an exploratory nature, about the fact that the correlation between HDI and invalid votes has become statistically insignificant.

Keywords: Brazil; presidential elections; blank votes; null votes; voting behavior.

Avaliado pelo sistema
double blind review
(SEER/OJS – versão 3)



Data de submissão: 01-07-2022

Data de versão final: 25-08-2022

Data de aprovação: 25-08-2022

Data de publicação online: 02-12-2022

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objeto o voto inválido, compreendido pelo voto branco e pelo voto nulo, no contexto das eleições presidenciais brasileiras de 2002 a 2018. De acordo com os dados do cadastro do eleitorado do país, Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2018), o Brasil tem 147.306.275 de eleitores. Nas últimas eleições presidenciais de 2018, 115,9 milhões de brasileiros compareceram às urnas no segundo turno e apenas

90,43% votaram validamente. Assim, 9,57% dos eleitores votaram em branco ou nulo, representando uma população de 11,1 milhões de eleitores.

Alguns estudos sugerem a hipótese de que as condições socioeconômicas, expressas, por exemplo, pelos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), são parte desses motivos e, apesar de ainda não permitirem traçar um perfil sociológico suficientemente profundo, apresentam conclusões bem relevantes. Veja-se, por exemplo, a pesquisa feita por Homero de Oliveira Costa (2006, 2007) acerca da correlação entre voto inválido e baixos índices socioeconômicos. Costa (2006) demonstra, através de métodos estatísticos aliados a uma análise conjuntural, que o IDH dos estados brasileiros apresenta correlação negativa para com os índices de alienação eleitoral (votos inválidos e abstenções) em todas as eleições do período de 1989 a 2002.

Com essas considerações iniciais, tem-se a seguinte indagação: permanece nas eleições de 2002-2018 a correlação negativa entre o IDH e votos inválidos como verificado no trabalho de Costa (2006) nas eleições de 1989-2002, ou haveria se tornado estatisticamente insignificante?

Partindo do trabalho de Costa (2006), este estudo visa aplicar a análise estatística executada pelo autor às cinco últimas eleições presidenciais brasileiras (2002-2018), cuja hipótese principal é de que esta correlação tornou-se progressivamente insignificante. De fato, os resultados encontrados e apresentados com mais detalhes no Capítulo 4, sugerem que a tendência ilustrada nas quatro primeiras eleições presidenciais brasileiras (1989-2002), modificou-se. Cada vez mais as regiões mais desenvolvidas do país expressam maiores percentuais de votos inválidos. Tecnicamente pode-se concluir que a correlação entre IDH e índice de votos inválidos perdeu, no período sob exame, significância estatística.

Associando estes dados estatísticos à análise da literatura especializada sobre voto inválido no Brasil, América Latina e mundo e à análise da conjuntura política e eleitoral dos contextos de cada uma das cinco últimas eleições presidenciais brasileiras, este estudo apresenta nas considerações

finais, outras conjecturas explicativas sobre o voto inválido, e apesar do caráter meramente exploratório e, por isto, não definitivas, sugerem a continuidade dos estudos a partir das novas pistas de investigação.

2 O VOTO INVÁLIDO NO BRASIL E NO MUNDO: UMA BREVE ANÁLISE DA LITERATURA PREEXISTENTE

No contexto internacional, a investigação foi beneficiada pela meta-análise realizada por Karel Kouba e Jakub Lysek intitulada *What affects invalid voting? A review and meta-analysis* (KOUBA; LYSEK, 2019) e pelo artigo *Protesting via the null ballot: an assessment of the decision to cast an invalid vote in Latin America*, publicado por Mollie J. Cohen em 2018 (COHEN, 2018), cuja análise em nível individual centra-se na motivação de eleitores baseada em dados de inquéritos de 14 países latino-americanos. No contexto nacional destaca-se o trabalho *Alienação eleitoral no Brasil: votos nulos, brancos e abstenções nas eleições presidenciais de 1989-2002*, realizado por Homero de Oliveira Costa (2006), que resultou na publicação do livro *Democracia e representação política no Brasil* (COSTA, 2007), como uma das principais bases para comparar os resultados de nossa análise original.

2.1 O voto inválido no contexto internacional: a análise em nível individual de Cohen (2018)

Baseada em dados do Americas Barometer do LAPOP de 2008 a 2014, Cohen (2018) realiza uma das mais reconhecidas pesquisas públicas sobre percepção de governança e democracia realizadas pelo *Latin American Public Opinion Project* na Universidade de Vanderbilt, EUA.

Um dos objetivos foi identificar possível correlação entre a decisão de invalidar o voto e tendências antidemocráticas. Cohen (2018, p. 399-401) distingue três motivações que podem levar um eleitor a invalidar

seu voto intencionalmente. A primeira é antissistêmica e envolve eleitores com insatisfação para com o sistema político vigente (usualmente, a democracia representativa). Uma segunda motivação é a insatisfação política, por exemplo, com o desempenho do governo vigente. A terceira motivação é a da alienação eleitoral. São eleitores que não acreditam no processo eleitoral ou, de forma mais geral, na política, e não atribuem valor ao voto. Pode ter ou não tendências antissistêmicas, ou mesmo alto nível de insatisfação com o *status quo*, porém o que o leva a invalidar o voto é sua fatalística decisão de não participar no processo eleitoral.

De acordo com a análise de Cohen (2018), há pouca evidência em favor da tese de que o voto inválido na América Latina (no período analisado) está positivamente associado a motivações antissistêmicas de caráter antidemocrático. A autora relata que “suporte à democracia não distingue eleitores que se abstêm das eleições ou eleitores que validam seus votos daqueles que os invalidam” (COHEN, 2018, p. 405).

Sobre a motivação de insatisfação política, controlada por meio da avaliação dos eleitores da performance do governo atual em: lutar contra a pobreza; proteger princípios democráticos; combater a corrupção e melhorar a segurança do cidadão; e da sua performance econômica, a autora encontra resultados estatisticamente significativos. Quanto mais baixa é a avaliação de um eleitor sobre a performance do governo atual relacionada aos quatro primeiros critérios enunciados, mais alta é a probabilidade de que ele invalidará seu voto, e vice-versa para eleitores que se abstêm ou validam seu voto. Cohen (2018, p. 406) observa que o aumento na avaliação da performance do governo, nos quatro quesitos acima, acarreta redução na probabilidade do eleitor invalidar seu voto. Admiravelmente a percepção do eleitor acerca da situação econômica não está sistematicamente associada à tendência de invalidar seu voto. Este resultado corrobora o estudo em nível agregado de Power e Garand (2007), igualmente focado na América Latina, porém realizado com uma década de antecedência.

O último resultado encontrado por Cohen (2018, p. 407) é o de que o conhecimento político de um eleitor está positivamente associado à sua tendência a invalidar o voto. Este resultado corrobora recentes estudos de casos, como do México, Bolívia e contexto Europeu feitos por Cisneros (2013), Driscoll e Nelson (2014) e Moral (2016) respectivamente, de que o voto inválido intencional é sobretudo uma forma de protesto sofisticada, restrita a eleitores com mais conhecimento político.

2.2 Votos inválidos: a meta análise de Kouba e Lisek (2019)

Os autores fazem distinção entre as causas e as motivações dos votos inválidos e, inicialmente, o modelo distingue os votos invalidados pela autoridade eleitoral (erro no apuramento e/ou fraude) e pelo eleitor (não intencional e intencional) e a partir da interação de duas dimensões independentes: o grau de apoio político do eleitor e o seu grau de empoderamento político subjetivo, dando origem a três tipos de insatisfação eleitoral, distintas e independentes: crítico ou ausência de apoio, desempoderamento e desencantamento (KOUBA E LYSEK, 2019).

O voto inválido por crítica combina um baixo nível de apoio ao cenário político relevante com um alto nível de empoderamento político subjetivo. São os votos de eleitores insatisfeitos com um ou mais aspectos políticos da sociedade e que acreditam em sua própria eficácia política enquanto cidadãos, atribuindo ao voto inválido uma valorosa arma de protesto. Parece então razoável concluir que um bom modelo para explicação dos votos inválidos deve separar uma categoria relacionada à crítica na terminologia de Kouba e Lysek (2019) e à insatisfação política na terminologia de Cohen (2018).

O voto inválido por desempoderamento combina um alto nível de suporte político com um baixo nível de empoderamento político subjetivo. É aquele eleitor que invalida seu voto por apatia e desinteresse político, acreditando que a sua participação no processo político é irrelevante,

ou pelo menos não interessante a partir de um ponto de vista subjetivo. De maneira geral, estes convivem com um alto nível de satisfação pelo *status quo* (apesar de que tal satisfação possa ser irrefletida ou até mesmo injustificada). Outro motivo é a obrigatoriedade do voto, que é vista por estes eleitores como um empecilho desnecessário, a ser resolvido de maneira rápida através do voto inválido. Este tipo de eleitor tem clara correlação com o perfil do eleitor caracterizado por Cohen (2018) como motivado por alienação eleitoral. Convém concluir que um bom modelo conceitual deve reservar uma categoria para os eleitores motivados por desempoderamento e alienação eleitoral.

O voto inválido por desencantamento combina um baixo nível de suporte político com um baixo padrão de empoderamento político subjetivo. É o voto do eleitor que manifesta uma profunda alienação para com o sistema político, assim como um alto descrédito no funcionamento das instituições políticas e autoridades eleitorais. Neste contexto, o voto inválido é um protesto antissistema e antipolítico, frequentemente com tons antidemocráticos. Kouba e Lysek (2019) caracterizam este eleitor como a maior ameaça à democracia, pois fragiliza a legitimidade das eleições e claramente é similar àquele eleitor distinguido por Cohen (2018) caracterizado como antissistêmico. Conclui-se, portanto, que convém distinguir os eleitores que invalidam seu voto por motivações antissistêmicas por desencantamento.

A meta-análise permite a extração de diversas conclusões relevantes. A obrigatoriedade do voto se mostra como a variável mais robustamente correlacionada com o índice de votos inválidos. A segunda variável mais significativa é a qualidade da democracia e, por último, Kouba e Lysek (2019) reiteram o fato de que os votos inválidos são frequentemente influenciados por fatores circunstanciais ativos no período eleitoral.

2.3 Extraíndo algumas hipóteses para a presente pesquisa

Os trabalhos de Cohen (2018) e Kouba e Lysek (2019) apresentam convergência quanto à classificação tríplice da motivação do voto inválido intencional.

Cohen (2018) sugere, para o caso dos países latino-americanos investigados, que o voto inválido não está correlacionado com tendências antidemocráticas, mas sim, com insatisfação política (atuação do governo, pobreza, desigualdade, corrupção e insegurança). Seria portanto, um voto de eleitor com um nível maior de sofisticação política, geralmente concentrado nos grandes centros urbanos e nas regiões com os melhores indicadores sociais de seu país.

A hipótese sugere que, em um país em permanente processo de desenvolvimento como o Brasil, o voto inválido teria se tornado progressivamente mais associado com os estratos mais privilegiados do país. Essa hipótese explicativa parece compatível com a hipótese de que o voto inválido no Brasil deixou de correlacionar-se negativamente com os indicadores socioeconômicos.

A conclusão de Kouba e Lysek (2019) é a de que o grau de educação impacta diretamente na validade do voto. Os eleitores com maior nível de escolaridade tendem a ser aqueles que escolhem o voto inválido como forma de manifestar algum tipo de insatisfação política. A crítica através do voto é uma forma sofisticada de protesto e, portanto, típica de eleitores urbanos que constantemente se informam sobre a situação social e política do país.

2.4 O voto inválido no contexto nacional: Borba (2008) e da Silva (2016)

Borba (2008) realiza a sua análise a partir dos dados de um dos mais extenso inquérito público brasileiro realizado em 2002, o Eseb (Estudo Eleitoral Brasileiro), focando-se nos dados da eleição presidencial de 2002 (primeira volta). As variáveis consideradas foram divididas em dois tipos: socioeconômicas e atitudinais.

As conclusões podem ser resumidas da seguinte forma: em relação à primeira variável, quanto maior a renda e escolaridade de um eleitor, menor a probabilidade de se abster da eleição e ainda menor a probabilidade de invalidar seu voto. Este achado sugere uma correlação negativa entre renda e voto inválido no primeiro turno da eleição de 2002 (BORBA, 2008). Já no que diz respeito às variáveis atitudinais, Borba (2008) conclui que: a tendência de invalidar o voto é positivamente associada a avaliar como péssimo o funcionamento das instituições; a tendência a ter um alto sentimento de eficácia política é negativamente associado ao voto inválido, e quanto mais satisfeito com a democracia, menor a tendência a invalidar o voto. Estes resultados parecem compatíveis com o modelo triplo que aqui foi adotado, segundo o qual as motivações que levam ao voto inválido podem ser divididas em: voto crítico/por insatisfação política, desempoderamento/alienação política e desencantamento/tendências antissistêmicas.

Da Silva (2016) recorre aos dados do Eseb (Estudo Eleitoral Brasileiro) de 2010, um inquérito público de larga escala, mais recente e atualizado que aquele de 2002 utilizado por Borba (2008), procurando avaliar certas hipóteses plausíveis sobre o comportamento do eleitor brasileiro. Da Silva (2016, p. 150-158, 173) lança 15 hipóteses distintas e conclui que “*a insatisfação está na base motivacional do eleitorado que opta por esse tipo de voto [inválido]*” e que uma significativa parcela do eleitorado pode ser caracterizada como motivada por voto crítico e insatisfação política relacionada às políticas setoriais nacionais (controle da criminalidade, redução da desigualdade, ensino público, saúde e desemprego), à qualidade da democracia do país, e à percepção de verdadeiras diferenças entre os possíveis candidatos do que a fatores econômicos ou às instituições políticas (Governo Federal, Justiça, Partidos Políticos, e Congresso Nacional).

Por conseguinte, da Silva (2016) descobre que os eleitores com mais alto nível de escolaridade são os que possuem mais tendência para o voto inválido e os que acompanham os telejornais são os menos propensos ao voto inválido. Da Silva (2016) ressalta ainda que os eleitores escola-

rizados não costumam acompanhar de perto o processo político do seu país, e precisam de mais evidências para se sentir confortável em escolher um candidato num processo eleitoral. “Assim, os votos brancos e nulos assumem uma dimensão de protesto de um público escolarizado, mas que é distante da política” (DA SILVA, 2016, p. 175).

2.5 A análise com dados em nível agregado de Costa (2006)

Costa (2006) analisa os primeiros turnos das eleições presidenciais de 1989 a 2002 através de dados do IDH, índice de exclusão social e dados eleitorais. A principal conclusão de Costa (2006) é a de que fatores socioeconômicos, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) explica grande parte dos votos inválidos.

Tabela 1 – Votos inválidos e IDH (Coeficiente de Pearson): eleições presidenciais 1º turno

REGIÃO	1989 (%)	1994 (%)	1998 (%)	2002 (%)
IDH – voto nulo	-0,83**	-0,60**	-0,71**	-0,76**
IDH – voto em branco	-0,91**	-0,78**	-0,62**	-0,38*

Fonte: COSTA (2006).

Costa (2006, p. 181-182) conclui que “o IDH foi a variável que teve maior efeito relativo sobre a variação de votos brancos e nulos”. Essa forte correlação negativa encontrada por Costa (2006) entre IDH e votos inválidos no período de 1989 a 2002 constitui uma base para o estudo comparativo com os resultados do período de 2002 a 2018.

3 ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2002-2018: CONJUNTURA E VOTOS INVÁLIDOS

Com uma breve discussão sobre a conjuntura eleitoral e o contexto sociopolítico do país faz-se uma análise dos percentuais de votos inválidos nos primeiros e segundos turnos das eleições presidenciais realizadas de 2002 a 2018.

Quando se observam os dados apresentados na Tabela 2 abaixo, nota-se que, progressivamente, as regiões mais carentes do país (Norte e Nordeste) registram os menores percentuais de votos inválidos com relação às regiões mais desenvolvidas (Sudeste, Sul e Centro-oeste). É o que se observa, em especial, no Nordeste brasileiro, composto de 9 estados, e com população de 56 milhões, aproximadamente 27% da população brasileira, região historicamente mais pobre do país que perdeu o *ranking* de primeira colocada nos maiores índices de votos inválidos no Brasil, a partir do segundo turno das eleições de 2010, para a região mais desenvolvida e mais populosa, o Sudeste do país. Composta de quatro estados, incluindo os três mais populosos, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o Sudeste totaliza uma população de 80 milhões, aproximadamente 42% da população brasileira.

Tabela 2 – Percentual de votos inválidos por região no primeiro e segundo turno das eleições presidenciais no período entre 1989 e 2018

REGIÃO	1989	1994	1998	2002/1	2002/2	2006/1
Norte	6,4	15,5	16,1	9,2	4,7	6,0
Nordeste	11,0	26,6	25,8	15,8	7,4	10,4
C-Oeste	5,5	15,4	14,8	7,2	4,3	6,3
Sudeste	5,6	16,7	14,7	8,4	5,4	8,4
Sul	5,3	14,5	14,7	8,3	7,5	6,8
BRASIL	6,4	19,2	19,1	10,4	6,0	7,6

REGIÃO	2006/2	2010/1	2010/2	2014/1	2014/2	2018/1	2018/2
Norte	3,1	5,7	4,5	6,2	5,6	5,8	6,6
Nordeste	6,5	11,3	6,7	10,2	6,0	9,5	7,3
C-Oeste	5,4	6,7	6,2	7,3	5,4	6,9	7,1
Sudeste	6,0	8,6	7,7	10,8	7,3	9,8	12,4
Sul	6,2	6,9	4,7	8,1	4,7	6,9	7,7
BRASIL	6,0	7,9	6,7	9,6	6,3	8,7	9,5

Fonte: COSTA (2006).

Os dados sugerem as seguintes constatações:

1. O Nordeste deixa progressivamente de apresentar os maiores índices de votos inválidos e isso se verifica principalmente nos segundos turnos das eleições presidenciais, e especialmente após o segundo turno da eleição de 2010;

2. O Sudeste do país, a região mais populosa e com elevados indicadores socioeconômicos, registrou o maior percentual de votos inválidos em 2018 e atingiu a marca dos dois dígitos no segundo turno de eleição presidencial (12,4%);

3. O percentual de votos inválidos nos primeiros turnos é sempre superior ao do segundo turno. Nas eleições de 2018, contrariamente, os votos inválidos do segundo turno foram superiores aos registrados no primeiro. A exceção a essa mudança, verifica-se na região Nordeste, cujo percentual seguiu a tendência até então verificada, de redução no segundo turno eleitoral.

Tendo em vista a importância do voto na participação política e na efetiva escolha dos representantes, votar branco ou nulo é uma decisão que instiga a investigação e desperta atenção de estudiosos (MARTINS, 2010). Ademais, o percentual dos votos inválidos torna-se, progressivamente, muito relevante no resultado eleitoral. Maltez (2018) indica que o ideal visado por todo poder político é o do governo pelo consenso dos cidadãos. Conseqüentemente, a participação política por meio do voto inválido mostra-se como um fenômeno que desvia deste ideal e assim requer um atento estudo sobre suas causas e efeitos.

3.1 Eleições presidenciais 2002

Em 2002, com 115,2 milhões de eleitores inscritos, ou seja, com 65,8% da população, o Brasil realizou a 27ª eleição presidencial e a 19ª por meio do voto direto. Percebe-se, a princípio, que a eleição de 2002 (BRASIL, 2002), definida em segundo turno, foi mais competitiva e representativa, com melhores indicadores de participação eleitoral e apenas 6% de votos brancos e nulos.

Com 94% dos votos válidos no segundo turno eleitoral, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito Presidente do Brasil com 52,7 milhões de votos, correspondendo a 61,27% dos votos válidos. Os votos brancos e nulos sofreram alterações significativas em comparação às eleições de 1998. Observa-se no relatório do Tribunal Superior Eleitoral, Eleições de 2002 (TSE, 2002) que de 18,70% em 1998, o percentual reduziu-se a 10,39% no primeiro turno e a apenas 6,00% no segundo turno das eleições de 2002. Parte da redução do percentual dos votos inválidos pode ser atribuída à implantação das urnas eletrônicas em 2002, 100% da votação se deu por meio do processo eletrônico, e nos dizeres de Nicolau (1998), o “[...] grande mérito foi ter tornado mais fácil o ato de votar para o enorme contingente de eleitores de baixa escolaridade, reduzindo, assim, de maneira impressionante os votos inválidos”.

O candidato do Partido dos Trabalhadores venceu as eleições na segunda volta com 61,3% dos votos válidos, registrando maioria em todas as regiões do país. O comparecimento eleitoral de 91.664.269 eleitores, com 6,00% de votos inválidos, sendo 1,88% de votos em branco e 4,12% de votos nulos, percentual muito inferior aos 10,39% verificados no primeiro turno, embora, tradicionalmente, a segunda volta apresente menor crescimento dos votos válidos em razão da disputa mais competitiva e propostas de governo melhor caracterizadas, o que motiva o eleitor à participação eleitoral e à manifestação válida.

Nada obstante, deve-se dar ênfase à concentração dos votos por região geográfica. Ainda em 2002, o nordeste do Brasil continuou com os maiores percentuais de votos inválidos. Com 15,8% no primeiro turno e 7,4% no segundo turno. Isso parece compatível com os achados de Costa (2006), dos quais demonstram que a variação das taxas dos votos brancos e nulos pode ser explicada pela variação do IDH, o que vem confirmar a hipótese de que os fatores socioeconômicos são os principais determinantes da variação dos votos brancos e nulos.

Verifica-se, finalmente, que as eleições de 2002, primeiro e segundo turnos, apresentaram votos brancos e nulos inferiores aos registrados em 1994 e 1998.

Tabela 3 – Eleições Presidenciais 2002 – Percentual dos votos inválidos por região geográfica

ELEIÇÃO	NO	NE	CO	SE	SU	BRASIL
2002.1	9,2	15,8	7,2	8,4	8,3	10,3
2002.2	4,7	7,4	4,3	5,4	7,5	6,00

Fonte: TSE (2002).

3.2 Eleições presidenciais 2006

Com 60% dos votos válidos no segundo turno, o Partido dos Trabalhadores permanece no poder e o seu principal líder, Luiz Inácio Lula da Silva, inicia uma nova trajetória política de sucesso com elevados níveis de popularidade e reconhecimento internacional.

A avaliação predominantemente positiva dos resultados das políticas econômica e social do governo Lula, especialmente entre os segmentos mais pobres, acabou por predominar sobre o desgaste trazido pelas denúncias de corrupção no governo. Nessa perspectiva, Singer (2010), afirma que houve um deslocamento subterrâneo de eleitores não de baixa renda, mas de baixíssima renda e que o Brasil eleitoral se dividiu entre pobres e ricos nas eleições de 2006.

Enquanto em 2002, Lula apresentou uma votação mais expressiva nas regiões mais desenvolvidas do país, mais urbanizadas, com renda mais elevada e maior nível de escolaridade, em 2006 foram os municípios menos desenvolvidos e mais dependentes do estado que apresentaram uma fração de votos maior em Lula. É o que demonstra o estudo Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição, realizado por Soares e Terron (2008).

A incidência de votos brancos e nulos sobre o comparecimento eleitoral manteve-se estável em 2006. Não se confirmou o elevado percentual de votos brancos e nulos divulgado em várias pesquisas de intenção de voto. O resultado foi similar ao de 2002, 6,03%.

Com uma população de 186,7 milhões de habitantes, o Brasil já registrava em 2006 um eleitorado de 125,6 milhões de eleitores, correspondente a 67,30% da população. No primeiro turno, 92,36% manifestaram validamente o voto para presidente da República e um percentual de 7,64% invalidou o voto. Luiz Inácio Lula da Silva, com a preferência do eleitorado, conquistou 49% dos votos válidos no primeiro turno e a decisão do pleito se deu no segundo turno e, como tradicionalmente esperado, os percentuais de votos brancos e nulos apresentaram significativa alteração, tanto em relação ao primeiro turno quanto à concentração geográfica do país (BRASIL, 2006).

Até 2002, como já se demonstrou, os votos inválidos se destacavam no Nordeste do Brasil. Em todos os pleitos de 1989 a 2002, o percentual registrava dois dígitos. Em 2006 isso permaneceu no primeiro turno (10,40%), mas iniciava-se um processo de mudança. No segundo turno, a região Nordeste continuaria com o maior percentual (6,52% em 2006.2), nada obstante, as regiões com melhores indicadores socioeconômicos seriam o grande destaque pela representatividade dos votos inválidos. O resultado final de 2006, respeitadas as diferenças entre os turnos, manteve-se praticamente o mesmo verificado em 2002 e em 1989. Todos na faixa aproximada de seis pontos percentuais (BRASIL, 2006).

Na Tabela 4 abaixo, apresenta-se por região geográfica, as variações da taxa dos votos inválidos no primeiro e segundo turno das eleições. O Nordeste é o grande destaque. Maior percentual de votos inválidos no 1º turno (10,4%) e 2º turno (6,52%).

Tabela 4 – Eleições 2006: percentual dos votos inválidos por região geográfica, 1º e 2º turnos

TURNO	NO	NE	CO	SE	SU	BRASIL
2006.1	6,03	10,4	6,39	8,45	6,88	7,64
2006.2	3,16	6,52	5,48	6,09	6,23	6,01

Fonte: TSE (2006).

3.3 Eleições presidenciais 2010

No segundo turno Dilma Rousseff foi eleita Presidente do Brasil com um total de 55.752.729 votos. No estudo Mobilidade Social Ascendente e Voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil, realizados por Peixoto e Rennó (2011, p. 323), os autores defendem uma mudança para além das políticas de distribuição de renda “[...] *podemos caminhar para uma proposta teórica mais abrangente, na qual a avaliação do desempenho do governo e lealdades pessoais a líderes e partidos políticos passam explicar o voto do brasileiro de forma contínua*”, ou seja:

[...] o eleitor brasileiro mais uma vez recompensa políticos que tiveram desempenho positivo no governo e cuja administração resultou em sua melhoria de vida. Testemunhamos, novamente, o exercício prático da responsabilização política (accountability) através das eleições no Brasil (PEIXOTO; RENNÓ, 2011, p. 302-332).

Da Silva (2016) em análise a nível individual na eleição de 2010, concluiu que a insatisfação está na base da motivação do eleitor que invalida o seu voto, fortemente relacionada às políticas setoriais nacionais (controle da criminalidade, redução da desigualdade, ensino público, saúde e desemprego), à qualidade da democracia do país, e à percepção de verdadeiras diferenças entre os possíveis candidatos do que aos fatores econômicos ou às instituições políticas (Governo Federal, Justiça, Partidos Políticos, e Congresso Nacional).

Com 3.479.340 de votos em brancos (3,13%) e 6.124.254 votos nulos (5,51%), os votos inválidos no primeiro turno atingiram o percentual de 8,64%. Os votos inválidos no segundo turno atingiram o percentual de 6,70%, percentual inferior ao registrado no primeiro turno (BRASIL, 2010).

O Nordeste apresenta a maior variação entre os dois turnos e mantém a liderança dos votos inválidos no primeiro turno com 11,3%, seguido

da região Sudeste com 8,65%. No segundo turno o Sudeste do Brasil assume a liderança dos votos inválidos com 7,75%, e a região Nordeste fica na segunda colocação com 6,78% (BRASIL, 2010), conforme a Tabela 5.

Tabela 5 – Eleições 2010: percentual dos votos inválidos por região geográfica, 1º e 2º turnos

TURNO	NO	NE	CO	SE	SU	BRASIL
2010.1	5,78	11,3	6,78	8,65	6,93	7,90
2010.2	4,54	6,78	6,26	7,75	4,76	6,70

Fonte: TSE (2010).

3.4 Eleições presidenciais 2014

A eleição de 2014, comentam os analistas políticos, encerrou-se com as marcas de um país dividido. Embora acostumado a campanhas agressivas, denúncias de corrupção, disputas voto a voto, o brasileiro jamais enfrentou situações tão surpreendentes (REIS, 2014).

A reeleição de Dilma Rousseff foi seguramente esperada. Era o projeto do PT. A presidente entra na disputa liderando a corrida eleitoral. Pesquisa Ibope de 19/06/2014 (GLOBO, 2014) mostra Dilma com 39% das intenções de voto e com o maior percentual de rejeição. Apesar da alta popularidade, da base fortalecida no Congresso Nacional, Dilma sofreria abalos provocados pelos protestos de 2013 que reuniram mais de um milhão de pessoas simultaneamente nas ruas de 80 cidades.

Mas, no fim, Dilma conquistou o segundo mandato presidencial com 51,6% dos votos válidos no segundo turno. O percentual de 9,64% dos votos inválidos no primeiro turno reduziu-se a 6,34% no segundo, equivalente a 7.141.606 votos, sendo 1.921.819 votos em branco e 5.219.787 votos nulos. Os votos brancos e nulos se destacam em 2014, o Nordeste do Brasil perde o protagonismo da primeira posição dos votos inválidos tanto no primeiro quanto no segundo turno e a região Sudeste, mais populosa e com melhores indicadores socioeconômicos, assume a liderança com 10,8% do total de votos inválidos. Estes números apontam certo deslo-

camento dos maiores percentuais de votos inválidos do Nordeste para o Sudeste, como se vê na Tabela 6 (BRASIL, 2014).

Tabela 6 – Eleições 2014: percentual dos votos inválidos por Região Geográfica, 1º e 2º turnos

TURNO	NO	NE	CO	SE	SU	BRASIL
2014.1	6,29	10,2	7,31	10,8	8,16	9,64
2014.2	5,66	6,06	5,44	7,34	4,72	6,34

Fonte: TSE (2014).

3.5 Eleições presidenciais 2018

As eleições 2018 tiveram um cenário eleitoral antecipado com o Impeachment da então presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), em agosto de 2016, e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em abril de 2018.

Almeida (2018a, p. 123) destaca o cenário de opinião pública de 2018 “combinação de uma crise econômica aguda – apresentando desemprego elevado e duradouro, e redução da renda real *per capita* – com o maior escândalo de corrupção de sua história, sintetizado pela Operação Lava Jato”. Nesse cenário, surgiu Jair Messias Bolsonaro, que venceu o primeiro turno das eleições com 46,03% dos votos válidos (BRASIL, 2018).

Os 11,0 milhões de eleitores que invalidaram seus votos em 2014 (9,74%), reduziram-se a 10,3 milhões de eleitores, correspondendo a 8,7% dos votos válidos, sendo 2,65% de votos em branco e 6,14% de votos nulos. O segundo turno se manteve com a preferência a Jair Bolsonaro, que venceria as eleições com vantagem em todas as regiões do país, à exceção da cidade do Nordeste que se manteve firme e fiel ao Partido dos Trabalhadores.

A minirreforma política de 2017 (Leis nº 13.487 e nº 13.488/2017) implementou mudanças no contexto político eleitoral, inclusive com a redução do período de propaganda eleitoral de 35 dias no 1º turno e 15 dias no 2º turno (Lei nº 13.488/2017). Nesse formato de campanha, rádio e televisão já não seriam determinantes como outrora e, pela primeira vez

em mais de 20 anos, o candidato à frente das pesquisas, de um partido com baixa representação no Congresso Nacional, teve apenas oito segundos diários no horário eleitoral gratuito, contra 6 min e 3 seg do PSDB e 2 min e 7 seg do candidato do PT.

Até 2014, o tempo no horário de rádio e TV era um dos fatores determinantes no resultado eleitoral e, por essa razão, eram constituídas as coligações partidárias. Nada obstante, as eleições de 2018, mudam esse paradigma e trazem como fator revolucionário, as mídias digitais. Como bem abordado por Queiroz (2018), em artigo publicado na revista *Consultor Jurídico*:

As redes/mídias sociais tiveram uma importância estratégica nas eleições gerais e foram fundamentais para reduzir, e de forma drástica, a influência das estruturas e do dinheiro nas campanhas eleitorais. Partidos e candidatos com poucos recursos — a exemplo do PSL e do partido Novo — tiveram desempenho eleitoral superior a partidos e candidatos com muito dinheiro e estrutura [...] (QUEIROZ, 2018).

Com 120 milhões de usuários de *WhatsApp* e outros milhões no *Facebook*, *Twitter* etc., os programas de rádio e TV no horário eleitoral gratuito e os tradicionais boca a boca e porta a porta perderiam sua força e cederiam lugar ao contato direto, informal, por meio das redes sociais. A plataforma eleitoral, sustentada em bases de comunicação *on-line*, estabeleceu uma via direta do candidato ao público, rompeu o paradigma das milionárias campanhas financiadas pelas grandes empreiteiras e retirou das mídias tradicionais o domínio da condução do processo.

Deve-se ressaltar que a democracia suporta mudanças heterodoxas e movimentos revolucionários. No entanto, bem salientado por Baquero (2014):

Em democracias instáveis, predominam traços clientelísticos, personalistas e patrimonialistas. [...] É por isso, que diante de uma situação de crise aguda, aparece o fantasma de retrocessos institucionais. Talvez, o capital social e o empoderamento emancipatório pudessem se constituir em dispositivos de mudança de rumo. (BAQUERO, 2014, p. 397)

Com uma população de 204 milhões de habitantes e 72% regularmente inscritos na justiça eleitoral, 49,2 milhões de eleitores votaram no candidato do PSL Jair Bolsonaro, atingindo o percentual de 46,03% dos votos válidos no primeiro turno. Os votos brancos e nulos no primeiro turno atingiram o percentual de 8,79%, com 3.106.933 de votos em branco (2,65%) e 7.206.205 de votos nulos (6,14%) (BRASIL, 2018).

No segundo turno, 115 milhões (78,70%) de eleitores foram às urnas e 104 milhões (90,43%) manifestaram seu voto validamente, enquanto 11 milhões (9,57%) votaram em branco ou anularam seus votos. Jair Messias Bolsonaro do PSL foi eleito com 57.797.847 milhões de votos (55,13) (BRASIL, 2018).

O Nordeste do Brasil perde em definitivo o protagonismo e o Sudeste do Brasil consolida-se na primeira posição com 9,87% do total de votos inválidos no primeiro turno de 2018 e registra o percentual de dois dígitos (12,41%) no segundo turno.

Esses números despertaram a atenção de estudiosos e cientistas políticos, tanto pela representatividade eleitoral como pelo expressivo crescimento e concentração na maior e mais desenvolvida região geográfica do país. No Sudeste do Brasil, o estado de Minas Gerais registrou o percentual de 13,12%, São Paulo, o percentual de 12,87% e o estado do Rio de Janeiro atingiu 11,45%. Verifica-se no segundo turno um significativo crescimento em relação ao primeiro turno, fato completamente inédito. À exceção do Nordeste do Brasil que manteve a tradição e registrou menor índice no segundo turno, todas as demais regiões registraram crescimento no segundo turno. Isto, mais uma vez, é o contrário do resultado registrado em todas as eleições de 1989 até 2014.

Ressalte-se que no segundo turno de 2018 não houve a tradicional dupla PT e PSDB. A disputa entre PT e PSL, de algum modo, influenciou no comportamento eleitoral e os eleitores se dispuseram à invalidação do voto, não optando por uma escolha válida. Da Silva (2016) observou que o eleitor brasileiro se predispõe ao voto inválido quando não há uma per-

cepção de verdadeira escolha num processo eleitoral. O ponto fora da curva no comportamento eleitoral pode-se registrar no Nordeste do país. O deslocamento dos votos inválidos da região Nordeste para o Sudeste e Sul do país sinalizou uma provável mudança na correlação com o IDH, como verificado por Costa (2006).

Tabela 7 – Eleições 2018 – Percentual dos votos inválidos por Região Geográfica – 1º e 2º turnos

TURNO	NO	NE	CO	SE	SU	BRASIL
2018.1	5,80	9,52	6,92	9,87	6,95	8,79
2018.2	6,68	7,34	7,11	12,41	7,70	9,57

Fonte: TSE (2018).

4 OS VOTOS INVÁLIDOS E O IDH: CORRELAÇÃO

Neste capítulo apresentam-se as médias nacionais de votos inválidos e do IDH brasileiro em todos os anos eleitorais de 2002 a 2018, e os resultados do cálculo de correlação linear (Tabela 9). A principal fonte dos dados eleitorais foi o Ipeadata. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi utilizada plataforma de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ATLAS BRASIL, 2013) ressaltando-se que para as eleições de 2002 e 2006, foram considerados os dados do IDH de 2000 e para a eleição de 2018, utilizou-se o IDH do ano de 2017.

4.1 Métodos

Os métodos utilizados foram pautados pelo trabalho de Costa (2006), embora adaptados e corrigidos quando necessário. Utilizou-se a correlação linear de Pearson, análise bivariada na qual se quantifica a força de associação linear entre duas variáveis, estimada a partir da divisão da covariância entre as duas variáveis e a raiz quadrada da variância de uma vez a variância da outra.

4.2 Estatística descritiva

Tabela 8 – Médias nacionais 2002-2018 (votos inválidos 1º e 2º turno, e IDH)

	Geral	2002	2006	2010	2014	2018
Votos nulos e brancos - 1º turno	0,087	0,109	0,080	0,083	0,086	0,077
	(0,001)	(0,002)	(0,000)	(0,001)	(0,001)	(0,001)
Votos nulos e brancos - 2º turno	0,062	0,060	0,053	0,063	0,057	0,077
	(0,001)	(0,000)	(0,001)	(0,000)	(0,001)	(0,001)
IDH	0,669	0,576	0,576	0,705	0,738	0,749
	(0,009)	(0,005)	(0,005)	(0,002)	(0,002)	(0,002)
Nº de observações	135	27	27	27	27	27

Fonte: pesquisa própria (2022).

A tabela apresenta as médias nacionais dos votos inválidos e do IDH, no primeiro e segundo turno, em cada eleição presidencial e dentro dos parênteses, a sua variância. No primeiro turno de 2006, por exemplo, a média de votos inválidos encontrada foi 0,080 no primeiro turno (em média, 8% de votos inválidos) e 0,053 no segundo turno (em média, 5,3% de votos inválidos). O IDH também apresentou diferença estatística no período, alterando-se de 0,576 para 0,749 em média.

4.3 Correlação linear

Tabela 9 – Correlação entre os percentuais dos votos inválidos e o IDH

	Geral	Eleição				
		2002	2006	2010	2014	2018
1º turno	-0,401***	-0,685***	-0,414**	-0,407**	-0,132	-0,083
P-valor	(0,000)	(0,000)	(0,032)	(0,035)	(0,511)	(0,681)
2º turno	0,227***	-0,054	0,075	0,094	0,091	0,401**
P-valor	(0,008)	(0,789)	(0,710)	(0,640)	(0,650)	(0,038)

Obs.: *** indica significância a 1% e ** indica significância a 5%.

Fonte: pesquisa própria (2022).

A Tabela 9 apresenta os resultados das correlações de Pearson entre os percentuais de votos inválidos de cada estado, em cada eleição e o seu IDH. Os coeficientes são acompanhados de uma medida de significância.² Quando os coeficientes possuem alta significância, eles são acompanhados do sinal ***. Quando a significância é moderada, usa-se o sinal **. A medida de significância, por sua vez, é calculada a partir de seu p-valor, indicado dentro dos parênteses abaixo dos coeficientes de Pearson. O p-valor é calculado a partir de um teste de médias sendo considerado insignificante quando apresenta um valor abaixo de 5%.

É possível notar que há um comportamento contrário entre as variáveis quando os turnos são analisados separadamente, isto é, que a correlação é negativa e significativa no primeiro turno e positiva no segundo turno, apesar de que essa é fortemente influenciada pelos números atípicos do segundo turno de 2018. De fato, analisando cada eleição, é possível encontrar um sinal negativo e significativo para os primeiros turnos de 2002, que convergem ao resultado apresentado por Costa (2006). A convergência entre os índices encontrados aqui e por Costa com relação ao primeiro turno da eleição de 2002 dá plausibilidade à assunção de que o ponto de partida de nossa pesquisa está em sintonia com aquela contra a qual se pretende comparar. O sinal indicativo de significância do coeficiente está igualmente presente nos primeiros turnos de 2006 e 2010. Isto mostra que nos primeiros turnos de 2002, 2006 e 2010, pode-se inferir, com moderada certeza, que o índice de votos inválidos caminha inversamente ao IDH dos estados.

Por outro lado, observa-se que o coeficiente de correlação dos primeiros turnos, embora sempre negativo, diminuiu a cada eleição, ao ponto de se tornar não significativo a partir de 2014. Dessa forma, não é possível inferir que o IDH esteve negativamente correlacionado ao índice de votos inválidos nas últimas duas eleições. Por si só, isto já corrobora uma das hipóteses iniciais deste trabalho: a de que o voto inválido no Brasil deixou de ser majoritariamente explicável pelos indicadores socioeconômicos das regiões brasileiras.

2 Os coeficientes (p-valores) foram calculados através da linha de código do software Stata 14.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que, de maneira geral, nos primeiros turnos das eleições presidenciais de 2002-2018, o percentual de votos inválidos se comporta de forma contrária ao IDH dos estados. Por outro lado, essa tendência diminui progressivamente até deixar de existir nos dois últimos primeiros turnos de eleições presidenciais (2014 e 2018). Isto indica que, ao menos no que diz respeito aos primeiros turnos eleitorais, IDH e votos inválidos se tornaram cada vez mais independentes. Este achado corrobora uma das principais hipóteses deste trabalho: o voto inválido se tornou progressivamente independente das condições socioeconômicas dos estados do país, ou que pelo menos a sua correlação negativa significativa, encontrada por Costa com relação ao período 1989-2002, tornou-se insignificante.

Os achados apresentados respondem à pergunta inicial do presente estudo: a correlação negativa entre IDH e votos inválidos encontrados por Costa (2006) nas eleições de 1989-2002, alterou-se. Tornou-se progressivamente insignificante nos últimos pleitos eleitorais. Primeiro, os resultados da correlação linear entre o IDH e índice de votos inválidos no primeiro turno tornaram-se progressivamente menos significativos até perder significância estatística nos anos de 2014 e 2018. Estes resultados sugerem que a situação socioeconômica dos estados brasileiros, expressa em seu IDH, é cada vez menos fator relevante na explicação do número de votos inválidos dos primeiros turnos das eleições presidenciais.

Seria demasiado ambicioso afirmar com qualquer grau de segurança quais as razões, seguramente múltiplas, que explicariam estas transformações no comportamento eleitoral brasileiro. Por outro lado, é possível tecer algumas conjecturas mesmo que de caráter apenas exploratório.

A partir de 2002, todas as eleições presidenciais brasileiras utilizaram urnas eletrônicas que, dado seu funcionamento simples e semelhante ao de um telefone comum, facilitaram o processo de votação e reduziram

o número de votos invalidados por erro do eleitor. Os eleitores com menos escolaridade seriam os mais expostos ao erro com cédulas complexas como as utilizadas até 1998. Pode-se conjecturar que o número de votos inválidos por erro do eleitor, no período de 2002 a 2018, foi menor que no período analisado por Costa (2006).

Por outro lado, o cenário eleitoral das eleições de 2010, 2014 e 2018 mostrou-se cada vez mais polarizado. Essa polarização certamente teve efeitos sobre o comportamento dos votos inválidos. Um ponto em destaque na presente análise e que condiz com a realidade atual (além das apresentadas por outros autores): o voto inválido do eleitor brasileiro reflete a *insatisfação política* e pode ser caracterizado como um voto de protesto político, ou, secundariamente, um voto de eleitores alienados e indiferentes. Precisa-se, portanto, continuar atuando em prol do fortalecimento da democracia brasileira e evitar a ascensão de eleitores antissistêmicos que poderiam pôr em risco a estrutura política democrática do país.

REFERÊNCIAS

ALDASHEV, G.; MASTROBUONI, G. Invalid ballots and electoral competition. **Carlo Alberto Notebooks**, p. 1-39, 2013.

ALMEIDA, A. C. **O voto do brasileiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018a.

ALMEIDA, A. C. **A cabeça do brasileiro**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018b.

ALMEIDA, E. S. de *et al.* **O fator Agora é Lula nas eleições presidenciais de 2002**. Disponível em: http://www.ufjf.br/poseconomia/files/2010/01/td_001_2007.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

ALMEIDA, M. Y. de. A reeleição de Lula: ou o enterro provisório de uma crise estrutural. **World Socialist Web Site**, 2006. Disponível em: <https://www.wsws.org/pt/2006/nov2006/por4-n08.shtml>. Acesso em: 8 fev. 2021.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Índice de Desenvolvimento Humano. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/radar-idhm/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BAQUERO, M. Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). **Opinião Pública**, v. 13, n. 2, Campinas: nov. 2007.

BAQUERO, M. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, Campinas: nov. 2008. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000200005. Acesso em: 14 jun. 2021.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Ed.UEP, p. 105, 1995.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução Marco Aurélio Nogueira, 14. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

BORBA, J. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. **Debates**, v. 2, n. 2, p. 134-157, 2008.

BRAGA, M. do S. S. O processo político-partidário brasileiro e as eleições de 2006. **Revista Sociedade e Política**. n. 10, p. 53-89, abr. 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 4 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.100/1995**. Lei Eleitoral. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9100-29-setembro-1995_37289normapl.html. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Lei Eleitoral. **Lei nº 9.405/97**. Lei Eleitoral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 2 abr. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Relatório das eleições 2002**. Brasília: TSE, 2003. Disponível em: http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogopublicacoes/pdf/relatorio_eleicoes/relatorio.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Relatório das eleições 2006**. Brasília: TSE, 2006. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-ant anteriores/eleicoes-2006>. Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Relatório das eleições 2010**. Brasília: TSE, 2010. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-ant anteriores/eleicoes-2010>. Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Dje nº 74/2013**. Publicação: segunda-feira, 22 de abril de 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/ementa-acordao-mensalao.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Relatório das eleições 2014**. Brasília: TSE, 2014. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-ant anteriores/eleicoes-2014>. Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Relatório das eleições 2014**. Brasília: TSE, 2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018>. Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições 2014 e 2016**. Estatísticas Eleitorais, 1º turno. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-anteriores/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Relatório das eleições 2002-2018**. Brasília: TSE, 2003. Disponível em: http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-ublicacoes/pdf/relatorio_eleicoes/relatorio.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, STF. **Ação penal nº 470**. Brasília/DF. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/AP_470_Peticao_n_382072011.pdf. Acesso em: 3 jul. 2021.

CARREIRÃO, Y. de S. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, p. 179-194, Curitiba, jun. 2004.

CARREIRÃO, Y. de S. A eleição presidencial brasileira de 2006: uma análise preliminar. **Revista Política e Sociedade**, abr. 2007.

CISNEROS, G. I. Movilización, escolaridad y voto nulo: la elección federal de 2009 en México. **Política y Gobierno**, p. 39-78, 2013.

COHEN, M. J. Protesting via the null ballot: an assessment of the decision to cast an invalid vote in Latin America, **Political Behavior**, p. 395-414, 2018.

COSTA, H. de O. **Alienação eleitoral no Brasil**: uma análise dos votos brancos, nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989 a 2002). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Católica/SP. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/3779/1/Homero%20de%20Oliveira%20Costa.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.

COSTA, H. de O. **Democracia e representação política no Brasil**: uma análise das eleições brasileiras (1989-2002). Porto Alegre: Ed. Sulina, 2007.

CONTRI, A. L. Uma avaliação da economia brasileira no governo Dilma. **Indicadores Econômico**, FEE, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 9-20, 2014.

DA SILVA, R. **Comportamento eleitoral na América Latina e no Brasil**: em busca dos determinantes das abstenções, votos brancos e votos nulos. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/169659>. Acesso em: 14 dez. 2020.

DRISCOLL, A.; NELSON, M. J. Ignorance or opposition? Blank and spoiled votes in low-information, highly politicized environments. **Political Research Quarterly**, 2014.

ESPIRITO SANTO. Tribunal Regional Eleitoral. **Voto branco e voto nulo, saiba a diferença**. 2014. Disponível em: <http://www.tre-es.jus.br/imprensa/noticias-tre-es/2014/Outubro/voto-branco-x-voto-nulo-saiba-a-diferenca>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FIGUEIREDO, R.; COUTINHO, C. Eleição 2002. CEPAC – Pesquisa e Comunicação. **Opinião Pública**, v. 9, n. 2, Campinas, out. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000200005. Acesso em: 22 mar. 2021.

GLOBO. **Dilma tem 39%, Aécio 21%, e Campos, 10%, indica pesquisa Ibope.** Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/06/dilma-soma-39-aecio-21-e-campos-10-indica-pesquisa-ibope.html>. Acesso em: 7 nov. 2020.

KOUBA, K.; LYSEK, J. **What affects invalid voting?** A review and meta-analysis. *Government and Opposition*, p. 745-775, 2019.

LIMA JÚNIOR, O. B. de. Nota de pesquisa: alienação eleitoral e seus determinantes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 14, São Paulo, 1990.

LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores. **Consenso e Conflito**, p. 161-259, Lisboa: Gradiva, ([1985]1992).

MALTEZ, J. A. Manual de Ciência Política. Teoria Geral da República – ISCSP. Ulisboa. **Coleção Manuais Pedagógicos**, maio, 2018.

MARTINS, M. M. Cidadania e participação política: temas e perspectivas de análise. ISCSP. Ulisboa. **Coleção Manuais Pedagógicos**. Guide Artes Gráficas, out. 2010.

MARTINS, M. M. Representação Política. Eleições e Sistemas Eleitorais: uma introdução. 2. ed. (revista e aumentada). ISCSP. Ulisboa. **Coleção Manuais Pedagógicos**. Guide Artes Gráficas, set. 2015.

MORAL, M. The passive-aggressive voter: the calculus of casting an invalid vote in European democracies. **Political Research Quarterly**, p. 732-745, 2016.

NICOLAU, J. A participação eleitoral no Brasil. In: VIANNA, L. W. (org.). **A democracia e os três poderes**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Fapesp, Belo Horizonte: UFMG, 2002.

NICOLAU, J. M. **Eleições no Brasil**: do Império aos dias. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NICOLAU, J. O triunfo do Bolsonarismo: como os eleitores criaram o maior partido de extrema direita da história do país. **Revista PIAUÍ**. Questões Eleitorais. Edição 146. ed. nov. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-triunfo-do-bolsonarismo/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

NICOLAU, J. A urna eletrônica e seus efeitos. **Folha de São Paulo**, coluna Opinião, 16 de outubro de 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz16109810.htm>. Acesso em: 18 jan. 2021.

PACHÓN, M.; CARROLL, R.; BARRAGÁN, H. Ballot design and invalid votes: evidence from Colombia. **Electoral Studies**, p. 98-110, 2017.

PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 304-332, nov. 2011.

PEREIRA, A. E. G. *et al.* A eleição de Dilma em 2010 e seus determinantes: evidências empíricas do Programa Bolsa Família. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 33, n. 64, p. 111-142, set. 2015.

PIAUÍ. O Triunfo do Bolsonarismo. **Revista Piauí**. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-triunfo-do-bolsonarismo/>. Acesso em: 22 mar. 2021.

POWER, T. J.; GARAND, J. C. **Determinants of invalid voting in Latin America**. *Electoral Studies* 26, p. 432-444, 2007.

QUEIROZ, A. A. de. O papel dos robôs e das redes sociais nas eleições deste ano. **Revista Consultor Jurídico**, 2018 . Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-out-23/antonio-queiroz-papel-robos-redes-sociais-eleicoes>. Acesso em: 16 ago. 2022.

REIS, F. W. Eleição de 2014: país dividido e questão social. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 6, n. 6, p. 8-16, out. 2014.

SANTOS, W. G. **Crise castigo: partidos e gerais na política brasileira**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1987.

SINGER, A. A história e seus ardis: lulismo posto à prova em 2010. **Folha de São Paulo**. Eleições. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/il1909201005.htm>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SOARES, G. A. D.; TERRON, S. L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, Campinas, nov. 2008.

WERNECK, L. V. **Conjuntura político-eleitoral 2010**. Instituto Humanitas Unisinos – IHU, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo/RS, 2010.

Como citar este artigo:

VALENTE, Maria Rita da Silva. Os votos brancos e nulos nas eleições presidenciais brasileiras: período entre 2002 e 2018. **Revista Controle: doutrina e artigos**, Fortaleza, v. 21, n. 1, p. 450-481, jan./jun. 2023. Semestral. DOI: <https://doi.org/10.32586/rcda.v21i1.810>.